

Editorial: Democracia call-center

Poderia ser uma piada ou o enredo de um qualquer romance distópico, não fosse uma iniciativa visando a criação de políticas públicas de uma das principais economias da Europa. Trata-se da autoproclamada Convenção Cidadã pelo Clima e parte da vontade da própria presidência francesa. Pretende constituir um grupo decisório de 150 pessoas, selecionadas à sorte a partir de chamadas telefónicas (Daniel Cohn-Bendit terá sido um dos sorteados), para propor políticas de combate às alterações climáticas.

Acosado pela persistência dos coletes amarelos e pela crescente exigência de um enfrentamento consequente e desinteressado dos problemas ambientais, o tecnocrata do Eliseu patrocina um simulacro de democracia direta, mesmo que a seleção de membros elegíveis para esta convenção “sorteada” esteja a cargo de representantes do extrativismo e da irresponsabilidade neoliberal. É a disfarçada raposa no galinheiro, mas é mais do que isso. Revela - aqui sem grande novidade - a disposição de um governo ultraliberal para conceder poder decisório a um conjunto não eleito de pessoas, escaladas à sorte numa espécie de democracia call-center. Mas denuncia igualmente uma esforçada aposta na despolitização das questões ambientais que, por mobilizarem cada vez mais gente, importa que tenham respostas de baixa intensidade e de efeito cosmético, permitindo disfarçar a inação com fogachos propagandísticos travestidos de intervenção cívica. A bizarra organização desta “convenção cidadã” é apenas um exemplo. Contra o propósito e mecanismos deste tipo de manipulação política é necessário e fundamental resgatar para a esquerda unanimismos aparentes, ganhando o senso comum nestas e noutras questões fundamentais, que alimentam e definem o capitalismo enquanto sistema opressor.

Questões como as da urgência climática mostram que não é possível conceber uma intervenção à esquerda que se esgote ou sequer se concentre no formalismo do instituído. É fundamental construir força social que permita ganhar terreno sobre os elementos parasitários que crescem nas margens da democracia: a (nova) extrema-direita; o racismo institucional; os discursos de ódio e de discriminação assentes na lógica do patriarcado. O Bloco de Esquerda é a força ecossocialista que assume a centralidade das lutas como sustentação da sua intervenção política. A sua intervenção parlamentar é tradução das vozes concretas de quem vive do seu trabalho e de quem se recusa a ser elemento ou

perpetuação das relações de injustiça reinventadas pela máquina do capitalismo dominante. Onde a social-democracia recuou, hesitou ou compactuou com a minoria privilegiada, estivemos à frente como força de combate à esquerda. Denunciámos, contra a totalidade das forças com representação parlamentar, a cleptocracia angolana, as lógicas semiocultas da exploração e as ligações entre política e negócios. Combatemos hoje, com a mesma vivacidade, a economia especulativa, a privatização do que é público na saúde, na educação, no trabalho ou na habitação.

Não nos contentarmos com ter razão e empenharmo-nos na construção coletiva de soluções concretas é o imperativo que devemos a cada pessoa que luta ao nosso lado.